

**ARTIGOS
E
ENSAIOS**

A ÉTICA DE LEIBNIZ

*Fernando Tadeu Ribeiro Do Val **

Resumo:

A razão e a vontade dirigem a felicidade. Leibniz professa um idealismo racional, marcando a reflexão consciente dos fins e das leis de uma vida racional. A felicidade não pode prescindir do instrumento da razão. A lei moral quer que o homem cumpra sua obra de ser inteligente e livre, seguindo a razão. A consciência moral é a expressão de um julgamento racional que dirige as ações. Segundo Leibniz a razão de nossas ações está em nós mesmos e somente o homem possui a reflexão consciente.

A razão ao dominar o espírito, liberta a vontade, ao invés de restringi-la. Leibniz professa que a vontade se identifica com aquela energia viva e ativa que forma a substância de todo o ser organizado, constituindo sua individualidade. O ser moral depende do ser racional, escolhendo os melhores fins para atingir-se a perfeição e a felicidade. Isto implica em liberdade, livre arbítrio. Para Leibniz a vontade do homem é livre e autônoma, não violando as leis naturais, seguindo, portanto, um determinismo universal. Por sua vez, a liberdade se fundamenta na submissão refletida da Vontade à razão.

Palavras-chave:

Bem, ação, moral, razão, vontade, lei, liberdade, felicidade, reflexão.

A razão exerce um papel direcionador sobre a vontade e a intervenção da reflexão, desse poder inerente à consciência humana de refletir sobre suas próprias impressões, de conhecer a ordem e razão do seu encadeamento, de conceber a idéia ou a representação geral das possibilidades da vida interior e das leis que a regem, confere ao homem o caráter e os privilégios da personalidade e oferece às ações um valor moral.

Será essa intervenção que transformará no homem a atividade primitiva e espontânea, opondo-a à atração sensível do prazer da satisfação imediata e passageira, a concepção e o desejo de satisfações mais puras e duráveis, enfim, a idéia de felicidade, objeto soberano da vontade, quando dirigida pela razão. Enquanto o sentimento e o desejo direcionam ao prazer, a razão e a vontade conduzem à felicidade.

Igualmente distante do misticismo, reduto de crença cega, albergue de um ato de fé na infalibilidade de uma consciência moral e do positivismo que busca nas

* Mestre e Doutor em Economia e Filosofia pela Universidade de São Paulo-USP. Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da UNIARA.

impressões e nas inclinações sensíveis a origem de uma lei reguladora da atividade humana. Leibniz professa um idealismo racional, uma doutrina, cujo traço forte é a reflexão consciente dos fins e das leis de uma vida racional. Aí é que reside a fonte, o princípio da obrigação que se impõe soberanamente à nossa vontade.

A felicidade não é somente um grau superior e mais refinado de prazer, porque há uma diferença essencial, na medida em que é introduzido um elemento novo que altera a sua natureza ou seja, a reflexão consciente. Uma vez que essa perfeição é conquistada revela o valor do ser em sua própria essência. Mas, a felicidade é um objetivo a ser perseguido e alcançado, uma conquista para a qual não se pode prescindir do instrumental da razão. Enquanto motivo para a ação, a felicidade não é um atrativo sensível apenas, mas é qualquer coisa a mais, um fim dentro da intenção ou uma atualização de um ideal. O bem ou perfeição se harmonizam naturalmente com a felicidade. Não somente o ser, mas a própria natureza é detentora de uma finalidade imanente tendendo essencialmente para o melhor.

É o princípio da *Razão Suficiente* que está presente na justificativa para essa propensão para o melhor. Nada existe sem razão, assimala Leibniz no *Discurso de Metafísica*. A realização do possível entre outros possíveis só poderá ser concebível e inteligível por uma força que resulte da sua própria essência. Constata-se isso na própria forma organizacional da vida onde “verifica” a adaptação dos órgãos à função e das partes ao conjunto numa harmonia universal. Esta é a hipótese da “harmonia pré estabelecida”, traço forte de sua filosofia.

Uma luz natural permite ao homem perceber essa finalidade natural. Se a tendência ao melhor é comum a toda vida, é mais distinta ainda e mais eficaz dentro da ação voluntária inspirada e dirigida pela noção clara dos fins que a solicitam. Dessa compreensão ampla da ordem universal surge espontaneamente a doutrina moral, onde o conhecimento científico das leis da natureza se aliam à concepção ideal de uma lei mais distintamente inteligível e de uma ordem superior, onde o dever, em seus mandamentos puros e desinteressados, repousa sobre uma reflexão consciente das exigências essenciais da natureza e da razão, associados e unidos dentro do pensamento e da vontade, o desejo de ser feliz. Se a doutrina aristotélica postula o fim último da busca humana, a felicidade, simultaneamente ela nada diz sobre o papel do instrumental racional nessa empreitada.

Na moral que encontramos em Leibniz, felicidade deve ser compreendida como o fim soberano da vontade estritamente e necessariamente ligada ao exercício normal da atividade reflexiva, que buscará no objeto o melhor, dentro de um progresso contínuo e indefinido rumo à perfeição.

A lei moral não exige do homem nada mais do que a firmeza e a perseverança em cumprir, dentro dos limites de suas faculdades, sua obra de ser inteligente e livre segundo o ideal de perfeição sugerida pela razão e a escolha dos diversos bens oferecidos a ele, o melhor, o mais excelente e resistir às solicitações de um prazer imediato, às paixões, e triunfar sobre as fraquezas de uma vontade seguidamente

incerta em seu poder. Assim, dever se constitui em uma necessidade moral.

A recompensa a essa sabedoria e esforço será a felicidade, um estado de alma, uma disposição que se completa e repousa dentro da atividade harmoniosa de suas faculdades em conformidade com uma lei distintamente conhecida e deliberadamente aceita. É um proceder ideal que implica a noção clara das possibilidades que se oferecem à vontade, o discernimento dos bens de natureza diversificada e de ponderação do seu valor.

Essa reflexão consciente é que fornece os meios para a escolha, implicando também o conhecimento e aceitação consciente da necessidade racional da disciplina que deve ser observada para a conquista e conservação do bem conquistado. A virtude é um derivativo da observância das regras de conduta na vida.

A moralidade tem seu princípio na esfera humana e conforme as leis naturais. A fonte da moralidade é a ordem natural, a qual é transposta a uma ordem superior. O progresso que o homem atinge na vida íntima atesta uma riqueza intransponível e uma possibilidade de perfeição indefinida, indicando que a pretensão de Leibniz é a matematização da moralidade, adequando e harmonizando-a às contingências da vida.

A ciência da natureza é fundamental, mas não se pode marginalizar a ciência “*quã nous révèle les mystères de l'amê et nous ouvre le chemin du bonheur. Toute notre misère vient de ce qui nous pensons à toute autre chose, bien plus qu'à la grande affaire de la vie*”. Assim, o que postula é a possibilidade de uma vida mais introspectiva, uma reflexão sobre a vontade, uma travessia sobre o mundo, sobre seu Autor, elencando a felicidade como o fim último de todas as buscas.

Consciência moral é a expressão de um julgamento racional que tem ascendência sobre o valor relativo das solicitações que conduzem à ação. É dessa expressão que se origina na alma humana o pensamento e a vontade de uma vida mais perfeita e mais feliz, ao mesmo tempo que origina o sentimento da obrigação ou da necessidade moral de agir, mas não pelo *desejo* de agir, se não pela *razão* de agir (ação depurada pela reflexão).

Uma das teses centrais na filosofia de Leibniz é que não há vazio no universo. É o Princípio do Contínuo e de divisibilidade infinita da matéria. Como a natureza “não dá saltos” há infinitos graus de percepções: percepções sentidas ou conscientes, fugídias, outras fixadas e mantidas e aquelas que não são sentidas ou inconscientes, pequenas percepções. As percepções confusas decorrem da nossa incapacidade de identificar no complexo as parte diminutas ou simples. Como as percepções da alma são claras, ela tem domínio sobre o corpo, mas não há interação entre ambos.

A maioria das percepções vêm dos órgãos internos não devidamente considerados, a menos que sejam males. Como há algumas que são percebidas fracamente, é preciso atenção para observá-las, podendo-se compará-las às unidades infinitamente pequenas, diminutas, cuja soma determinará um inteiro. Desempenham papel fundamental na vida mental, pois explicam nossos apetites, angústias, antipatias e hábitos de pensamento tomados inconscientemente.

Assim, o que caracteriza a sua doutrina moral, o que lhe confere um valor científico é que ela não traduz simplesmente uma aspiração da alma, solicitada por um ideal de perfeição e de felicidade. Ela deriva de uma ordem universal, justificada, em última instância, sobre o conhecimento de leis naturais e aplicada à vida humana esclarecida e dirigida pela razão, pela reflexão consciente de uma finalidade, de um conhecimento dos fins idealmente concebidos e de seu valor relativo, permitindo nascer no homem o pensamento e a vontade do melhor. O esforço que aí se determina é o princípio da vida moral. A lei soberana do dever não é outra coisa que a necessidade claramente concebida e livremente consentida de adaptar todos seus atos à realização progressiva desse ideal de perfeição e felicidade, mas não um estoicismo quietista.

Atividade e espontaneidade, coordenação das ações ou dos movimentos dentro de uma ordem determinada pelas exigências de um desenvolvimento normal das existências naturais são os elementos que se unem dentro da idéia de finalidade. A sabedoria suprema de Deus o faz escolher as melhores leis do movimento, mais bem ajustadas e as mais convenientes às razões abstratas e metafísicas, a conservação da quantidade de força total e absoluta, a mesma reação e direção. Ação e reação são sempre na mesma proporção. Causas eficientes ou materiais são úteis, necessárias, mas não são suficientes para explicar como se processam as mudanças, as leis do movimento, como quer o mecanicismo cartesiano, mas insuficientes para a razão, porque representa e explica os movimentos, as ações, como se apresentam aos nossos sentidos. Mas, dentro de sua realidade própria, natureza íntima, dentro do sujeito que a produz nada podemos conceber, exceto sob a forma e característica de energia, esforço inclinado para um fim. Causalidade eficiente e final são distintas e atuam como se isoladamente não existisse, mas não são autônomas, porque isoladamente nada podem explicar. Assim, o poder de Deus está por trás das causas eficientes e sua Sabedoria por trás do finalismo. Observe-se que o que importa é o princípio de conveniência, fruto da Sabedoria, “trunfo” Leibniziano, retirado da metafísica para salvar a física.

Para compreender a função da força ou energia na ação humana, basta uma introspecção reflexiva, para percebê-la intuitivamente. A razão última de nossas ações, toda a realidade íntima da matriz passional que nos faz perseguir um fim, estão em nós mesmos. Assim, como a mente humana faz parte desse universo, da natureza mesma, a mesma finalidade, adaptação dos meios aos fins, a organização dos elementos naturais e os arranjos realizados para a consecução de um objetivo predeterminado, encontramos no plano mental, na esfera da moralidade.

Uma vez posta em ação a máquina, o efeito que daí deve resultar explica a maneira de sua concepção, de sua existência. Resumindo, o fim em vista do qual ela foi construída é a causa verdadeira de sua criação. Analogamente, isto pode ser dito dos organismos naturais. Seguindo os fins, pode-se melhor conhecer os meios. Mas, a espontaneidade inerente a toda substância não exclui a sua autoria por Deus nem abre uma via de conflito entre necessidade e liberdade moral.

O hábito, muitas vezes, nos leva à ação irrefletida e sem esforço, mas ao mesmo tempo há inúmeras ações onde há uma intenção prévia. É lógico atribuir uma certa consciência de uma finalidade, o sentimento de um objetivo a atingir, um conhecimento obscuro, mas efetivo, porque é suscetível de regular e dirigir os movimentos na direção do objetivo.

Do concurso da harmonia de todas as atividades individuais, cuja espontaneidade obedece à lei comum da finalidade, resulta uma finalidade universal, sobre a qual repousa a ordem natural. Uma mesma tendência leva espontaneamente cada um dos seres particulares na direção da realização sempre mais completa da vida, a um crescimento contínuo de uma força, à uma perfeição maior que sua natureza comporta.

A trama da vida interior é composta de impressões, afeições e ação, obscuramente conscientes e muitas vezes desapercibidas ou *pensamentos surdos*, sem a percepção ou sem reflexão, sendo por esta via que o homem se aproxima dos animais, seja porque tais sentimentos são por demais reduzidos, seja porque são de grande diversidade quantitativa. O hábito desempenha papel de enorme importância neste processo. Somente de forma confusa estamos conscientes de sua presença na alma. É este o cenário de um dos estados de inconsciência apontado por Leibniz. Essas *percepções reduzidas* são mais eficazes do que se imagina, porque formam o gosto, imagens de qualidade dos sentidos, claras no conjunto, mas confusas isoladamente. São essas percepções que ampliam a possibilidade de engano pelas aparências e conduzem ao erro por uma indiferença de equilíbrio, como se fôssemos indiferentes a virar à esquerda ou à direita. Isso contradiz o cartesianismo que concebe as percepções como arbitrárias, como se Deus as tivesse dado à alma aleatoriamente, sem ter em vista alguma relação essencial entre as percepções e os objetos, o que seria pouco digno do Autor das coisas, porque faria tudo sem harmonia e razão.

Percepções reduzidas formam o conjunto de manifestações de uma atividade obscura e confusa dificilmente acessível às nossas observações, às vezes denominada por Leibniz por sentimento ou instinto, sem que com isso negue qualquer forma de conhecimento e consciência ao instinto, apenas que, ainda que confusa, pode ser o germe de um conhecimento suscetível de se tornar mais claro e distinto, desde que o sujeito possa realizar uma introspecção, uma reflexão consciente sobre as suas próprias afeições e modificações. Esse procedimento permite ao homem transitar de inúmeros hábitos puramente instintivos originariamente, a um saber consciente, passar do opaco ao transparente por uma espécie de cálculo. Mas, é difícil demarcar claramente instinto e inteligência nos animais superiores e que subsiste no próprio homem. A moral pode não ser capaz de princípios demonstráveis dos quais um dos principais é o de busca do prazer e fuga da tristeza. Essa não é uma verdade *a priori*, puramente conhecida pela razão, pois ela é fundada sobre a experiência interna ou a partir de conhecimentos confusos, porque não se pode dizer o que seja prazer ou dor, alegria e tristeza sem experiência. É uma verdade inata, proveniente do instinto, mas

não por uma luz natural ou razão.

Como passar da opacidade das percepções confusas que habitam e constituem a matriz passional do homem, para a transparência e precisão de uma ciência moral fundada analogamente sobre os princípios da natureza do mundo físico? Como justificar a passagem de um conhecimento não mais que confuso de si mesmo, para determinar os meios de que dispõe para seguir e se elevar gradativamente a uma vida mais perfeita e mais feliz? Como Leibniz concilia os princípios físicos e morais?

Apesar de que o pensamento abrange simultaneamente a diversidade, alguns são mais bem distinguidos. Sempre permanece algo do que foi pensado. Nem tudo se perde inteiramente, segundo o filósofo. O que permite a identidade do indivíduo é o fato de que o futuro de cada ser está ligado ao passado. Não é preciso a memória e nem sempre é possível, dada a multiplicidade de impressões, mas mesmo assim exerce importante papel.

Ainda que inconsciente e confusamente sentidas, essas percepções intervêm nos impulsos obscuros que contribuem para nossas ações e deliberações. Todas as nossas irresoluções resultam do concurso dessas pequenas percepções, hábitos e paixões que influenciam nossas deliberações. Impressões passadas estão na alma e no corpo mas não nos apercebemos enquanto a memória não for acionada. A *"Vontade"* é submissa a essas pequenas percepções, a essa sensibilidade obscura, cuja origem e ação permanecem quase desapercibidas. Agimos por hábito em conformidade com nossas disposições, mais do que por uma escolha deliberada e em plena consciência de causa. Isso implica que grande parcela da vida humana se apresenta como sensitiva, submissa às leis do sentimento e instinto no sentido leibniziano, ou às do hábito, uma espécie de instinto embrionário.

Essa atividade espontânea exerce relevante função, porque se fosse preciso recorrer à razão, o que requer tempo hábil e o esforço, isso nos tornaria constantemente falhos.

O hábito e o instinto, atividades, ainda que parcialmente inconscientes, suplementam a reflexão consciente, quando necessário, e, desabrocham em inteligência e vontade.

Obscura e indistinta na origem, ignorada naquilo do que se trata, a força ou tendência se torna sensível pelos efeitos que ela produz, tornando-se manifesta à consciência, segundo o sentimento de prazer ou dor que ela descobre, dependendo da satisfação ou da contrariedade. O objetivo natural e geral da atividade sensível é a busca do prazer e fuga da dor, que não significa que sejam realmente o maior dos bens, mas porque manifesta mudanças adequadas à melhoria da vida. Prazer e dor resultam do sentimento da consciência clara ou obscura de perfeição ou de imperfeição, incitando à ação. O prazer é um fim natural e razão suficiente dos esforços desenvolvidos na sua busca e preservação, não dele mesmo, mas ao bem a ele relacionado em que o fim supremo é a própria vida, em extensão, intensidade e valor.

Se há uma afinidade natural entre o homem e os outros seres organizados em diferentes graus e dotados de sensibilidade e até mesmo de um certo grau de

conhecimento, somente o homem possui o privilégio da razão, da *reflexão consciente ou de apercepção*. Enquanto a percepção é sensitiva e de uma consciência confusa, a apercepção compõe-se de idéias claras e distintas sobre a vida interior. O pensamento é o lugar secreto de toda atividade mental, de ordem ideal, bem como dos esforços e da ação, e mais especialmente, onde se desenrola a forma superior de vida e se realiza a ordem da moralidade. É necessário conhecer o pensamento, definir exatamente sua natureza íntima e determinar as leis fundamentais, para compreender como se desenvolve a atividade mental, entender como se pode passar, por esforços conscientes e disciplinados, a uma vida mais feliz, perfeita e harmoniosa. Assim, somente uma reflexão consciente pode assegurar uma base sólida às nossas especulações sobre a natureza e sobre nós mesmos, já que somente por seu intermédio são acompanhados, ordenados e relacionados os fatos que se sucedem em nossa vida interior, por uma intuição direta, evitando a possibilidade de erro sobre a realidade e sua existência. Razão ou entendimento é a faculdade de conceber causas e motivos que dão conta da ordenação e relacionamento dos fatos, suas causas e a construção de um sistema geral onde todos os eventos naturais, fatos da vida interior, idéias, percepções e ações se encontram agrupados dentro de uma ordem regular segundo leis constantes e universais. Refletindo sobre todos os eventos naturais, das leis que a consciência ou razão percebe dentro da vida interior encontramos constância e necessidade, ao menos relativa.

Sem a razão, agindo unicamente pelo empirismo, o homem se assemelha aos próprios animais, elevando-se acima destes, quando conseguem ver a ligação entre os fatos, as verdades necessárias e universais. É dessa introspecção, desse retorno do espírito sobre si mesmo que emerge o conhecimento racional, inteligível, a ciência, qualquer que seja seu objeto, porque é unicamente em nós mesmos que podemos conhecer a realidade, a força substancial da qual tudo é feito. É da consciência que conhecemos a realidade e as leis determinadas. Ainda que o pensamento surja dos dados da experiência, de impressões sensíveis, ao contrário da doutrina sensualista, Leibniz propõe que há uma pré-existência de uma faculdade natural, uma disposição anterior, razão ou entendimento que é tomado como inato na alma humana, capaz de concentrar sua atenção sobre os movimentos e modificações da vida interior, comparar e relacionar um fato ao outro, de idéias claras e distintas pela eliminação dos elementos variáveis e confusos que constituem a percepção sensível, conferindo-lhes uma significação e um caráter geral.

A razão é a aptidão, uma disposição inata que opera sobre os dados primitivos e diretos da consciência no processo de elaboração que transforma gradativamente o sensível em concepções inteligíveis. A consciência racional, os princípios que dominam e regulam todas estas operações não derivam de uma intuição, de uma imediatidade, pois a razão não tem seu domínio próprio, mas deriva dos dados diretos da consciência. É a reflexão, a introspecção que conduz ao reconhecimento da universalidade no sentido que exprimem as leis essenciais fora das quais não poderia associar suas

percepções, coordená-las e compreendê-las. A razão, desde o início, tem suas próprias leis, suas exigências naturais e necessárias, mas não precede a consciência distinta, reflexiva. Gradativamente passa a conceber claramente e a formular explicitamente os princípios (luzes naturais, porque são inerentes à natureza do espírito) que a regulam e dirigem suas operações e seus julgamentos, à medida que o espírito encontra em si mesmo a ocasião de aplicá-los à suas percepções. Fugir à autoridade desses princípios é interromper o processo cognitivo.

As leis fundamentais da reflexão consciente se subordinam ao *Princípio de Contradição*, útil no julgamento do verdadeiro e falso, operando como uma proteção contra a possibilidade de falha do pensamento, mas não contribui para o progresso do conhecimento, apenas aplicado na Matemática, nada informando sobre questões ligadas à existência, à natureza, propriedade dos seres reais e concretos, e ao da *Razão Suficiente*, porque mesmo que não se conheça a causa, nada ocorre sem uma razão determinante que seja assim e não de outra forma. Para que o julgamento seja inteligível é preciso que se dê uma razão (*a priori* ou *a posteriori*), mostrando que a qualidade ou propriedade atribuída ao sujeito está contida dentro da idéia do sujeito, seja explícita, seja implicitamente. Doutrina eminentemente racional em harmonia com o princípio da razão suficiente, tese científica e justificada porque está em acordo com os dados da consciência e da experiência, conforme às exigências de ordem moral, porque sem isolar o homem da natureza ela o eleva pelo privilégio da reflexão consciente à dignidade de pessoa que pode dominar suas ações e destino.

Estreitamente associadas, relacionadas, a vida sensível se compõe de apetite e instinto e a vida intelectual e moral se compõe de razão e vontade, ambas derivadas da finalidade natural, uma dotação interna, que se manifesta mais claramente nos seres organizados e vivos, podendo dar conta da aptidão e inclinações naturais a dirigir os movimentos e atos de acordo com as necessidades e exigências da vida. Instinto é uma disposição espontânea, espécie de conhecimento imperfeito e indistinto, mas eficaz na finalidade de adaptação dos atos a um objetivo. É um direcionador primitivo, e sob este aspecto, princípio inato da atividade moral. O homem, mesmo após o seu nascimento, concepção, pela lei natural da hereditariedade pode receber de uma forma imanente uma espécie de moralidade e que se afirma à medida que a consciência desperta sobre a influência da experiência sensível e da flexão, transformando o que era apenas e tão somente um instinto primitivo em consciência distinta. A vontade, que é a complementação dessas etapas, implica idéia clara e distinta daquela necessidade de adaptação às exigências da vida.

A vontade pode ser definida como uma tendência composta por apercepção (concepção refletida e claramente distinta), embora possa haver apetites ou desejos resultantes de percepções insensíveis. Ações voluntárias são oriundas de alguma reflexão prévia. Assim, vontade é uma propensão natural esclarecida pelo conhecimento relativamente distinto, ainda que de forma confusa ou inconsciente que leva a agir. É o entendimento que introduz a liberdade na vontade e a torna

espontânea. Isso altera profundamente o significado de instinto e vontade. Vontade é o instinto esclarecido pelo entendimento. O instinto se adapta unicamente em virtude de um impulso irresistível às impressões e excitações presentes. A imagem, a lembrança de outras impressões análogas se associam e a longo prazo constituem uma espécie de experiência que se assemelha ao raciocínio. Mas, difere deste na medida em que é fundada sobre uma atração natural, enquanto que o raciocínio implica o conhecimento refletido dos motivos que ligam umas às outras, associadas dentro de um mesmo ato de pensamento. Essa faculdade de discernir as diversas possibilidades que se abrem à nossa atividade, de atribuir um valor relativo, de avaliar a conveniência dos fins ao qual nos inclinamos ou que consideramos desejáveis é que caracteriza a atividade da vontade. Ela se distingue do instinto ou do sentimento porque implica a idéia do bem considerado como fim ou como motivo da ação. Vontade é a propensão a agir na proporção do que se objetiva e a ação não pode prescindir plenamente da vontade pura, porque nossas idéias e julgamentos sugeridos pelo entendimento se misturam às impressões sensíveis relativamente confusas. Seria um erro considerar vontade e instinto ou inclinações naturais diferentes de forma absoluta e irreduzível. Causas externas e internas determinam a alma certamente, mas não necessariamente, porque não há contradição que a determinação fosse de outra forma. A vontade poderia ser inclinada e não necessariamente. Assim, em Leibniz, a vontade não é isolada, uma faculdade puramente intelectual de poder autônomo, independente de disposições e propensões naturais, mas está ligada às energias primitivas das quais é um desenvolvimento consciente e adaptação aos fins claramente conhecidos, deliberadamente aceitos e perseguidos com método e perseverança. Sozinha é uma inclinação natural. Conscientemente refletida, submetida aos ditames da razão, é um esforço.

Contudo, a razão não altera a natureza íntima daquela energia e nem a espontaneidade primitiva é alterada ou diminuída. A razão, ao dominar o espírito, liberta a vontade, ao invés de restringi-la. À servidão das paixões e dos desejos que a subordinam, a razão se opõe mediante as idéias distintamente conhecidas e hábitos deliberadamente adquiridos. Portanto, "*nous pouvons dire que nous sommes exempts d'esclavage, en tant que nous agissons avec une connaissance distincte, mais que nous sommes asservis aux passions, en tant que nos perceptions sont confuses*" (Leibniz, 1953, p.34).

Em suma, Leibniz professa que a vontade se identifica com aquela energia viva e sempre ativa que forma a substância de todo ser organizado e sensível e que constitui propriamente sua individualidade. Sob a forma primitiva é uma força que se manifesta dentro do instinto apresentando um sentimento obscuro da finalidade. Esclarecida no homem pela reflexão consciente, por uma disciplina racional é uma energia fortalecida pela consciência distinta dos fins e das ações que conduzem a esses fins.

A vontade é autônoma porque é uma energia submissa a uma lei interna,

derivada da reflexão e não externa como no instinto dirigido pelo apetite, impressões e excitações sensíveis. A vontade é consciente do poder e dos fins das possibilidades diversas que se oferecem e seu valor relativo. Enquanto o instinto se posta de forma espontânea e quase irresistível na direção do prazer ou mais exatamente para a satisfação imediata das necessidades da vida, a atividade reflexiva do homem, condicionada à sua capacidade de esforço tende à busca do melhor e à perfeição, à conquista dos bens, cuja posse lhe parece como suscetível de proporcionar satisfação mais pura e duradoura. A vida moral surge e se desenvolve à medida que as representações distintas e as indicações da reflexão consciente tendem a se superporem às percepções confusas e às solicitações sensíveis do instinto e do sentimento obscuro da finalidade natural. Razão e sentido coexistem na alma humana e cada uma concorre à determinação da ação e à sua direção geral. Assim, um axioma fundamental da sua doutrina moral é que a razão e a vontade nos conduzem à felicidade, mas o sentimento e o apetite ao prazer. Prazer é um sentimento de perfeição (sem fronteiras ou limites) e dor um sentimento de imperfeição. Quando o prazer é seguido de uma privação (saúde por exemplo) ele encontra seu limite. Sabedoria é a ciência da felicidade e dos meios para conquistá-la. A felicidade é o prazer durável, mais duradoura e pura, persistente, mesmo que a causa tenha desaparecido, estado de sentimento de perfeição. A felicidade é o fim natural e legítimo da ação esclarecida e dirigida pela razão. Não há uma condenação do prazer ou incompatibilidade com a felicidade. Ambos são manifestações da finalidade espontânea, causados pelo aperfeiçoamento do ser. A coordenação racional do prazer, dos movimentos espontâneos da atividade instintiva o transforma em sentimento de felicidade, mas é a razão que conduz à escolha do melhor.

A busca da felicidade com a vontade submetida à reflexão conduz ao princípio fundamental; que a ação esclarecida e dirigida pela razão não teria outro fim a não ser a progressão contínua de um ideal de vida sempre melhor e mais perfeito.

O prazer, a felicidade surgem como uma sanção dos progressos realizados, da consciência do livre e harmonioso desenvolvimento das faculdades da alma, da satisfação e de suas aspirações, do conhecimento distinto adquirido sobre ela mesma e sobre a natureza e elevado destino que se pode alcançar, utilizando este poder de acordo com as leis da vida e regras formuladas pela retidão da razão. No pensamento de Leibniz a felicidade é o mais elevado grau do instrumental racional, o ápice de perfeição. A busca inteiramente desinteressada do bem ou da perfeição é impossível porque é inconciliável com a aspiração natural, consciente e legítima do ser vivo na direção da satisfação de suas conveniências e aspirações.

A forma mais elevada de prazer, a felicidade, a mais perfeita, está ligada essencialmente à satisfação das exigências normais da vida, mas implica uma coordenação de suas inclinações naturais, uma harmonia racional na alma em conformidade com o julgamento do entendimento, da determinação, das resoluções e das ações voluntárias. Percebe-se no interior desta substituição da decisão racional

ao impulso espontâneo dos desejos e inclinações naturais, o princípio de uma transformação profunda, de um exercício da vontade refletida, das leis da ação instintiva, de esforço, de uma escolha que é direcionada pela razão e está endereçada à vontade do melhor, do perfeito. Por trás disso um idealismo racionalista.

A vida moral se resume inteiramente dentro da boa vontade firme e sincera de agir sempre em vista do melhor, de uma ação exercida para atingir o ideal de uma vida melhor, perfeita. a partir de uma reflexão consciente, aprimorada, à medida que o homem conhece mais distintamente os fins propostos à sua atividade e pode fixar sua escolha segundo a excelência relativa de cada um dos objetos. As primeiras manifestações dessa consciência do melhor está em germe na alma humana, antes mesmo de uma reflexão mais clara e distinta, sob forma de instinto, percepções surdas e quase insensíveis, pequenos impulsos que operam em silêncio sem que nos apercebamos que se formam pequenas inclinações à ação dentro da matriz passional, até porque estamos em atividade constantemente. Esses pequenos e primeiros "apetites ou desejos" que a natureza nos apresenta nos dirigem mais ao prazer que à felicidade, pois é mais importante o presente para o homem. A razão e a experiência moderam essas manifestações inferiores, rumo a um prazer de maior longevidade; a felicidade.

Para o despertar e desenvolvimento de uma vida moral em nós, a reflexão consciente é indispensável e sem "boa vontade" ou esforço que possibilite o acesso ao melhor à perfeição, como o instinto nos leva ao prazer, não poderíamos dominar completamente nossos desejos e preferir um bem futuro em troca de um bem ou satisfação presente. Enquanto os pensamentos confusos seguidamente se apresentam claramente, os pensamentos distintos, são distintos apenas potencialmente. Para atualizá-los é preciso atenção permanente. A negligência e a brevidade do tempo ajudam a opor as palavras e imagens claras aos sentimentos mais vivos. Mas, o homem tem poderes para alterar esta situação e firmar a observância.

Em auxílio temos a educação, a Graça Divina, doadoras da luz necessária para uma resolução eficaz e a seguir, a luz da razão, a construir um império da razão sobre as paixões, sobre as inclinações insensíveis, tornando a virtude agradável e natural. Vida moral é a vida racional que tem por fim a felicidade, mesmo que sacrificando aquilo que presentemente é aparentemente um bem. Ainda que não seja mestre da sua vontade de maneira direta, e o homem é causa disso porque não escolhe as ações pela vontade, temos um certo poder ainda sobre a vontade, porque podemos contribuir indiretamente a desejar uma outra no lugar desta presente, mediante a anexação da inteligência à espontaneidade.

A evolução da vida moral implica o desenvolvimento de uma consciência pelo hábito da reflexão, aplicada à consideração dos fins ou dos motivos da ação e a reafirmação da vontade aplicada metodicamente à pratica de esforços sempre renovados por causa dos apetites, paixões e representações confusas. Isso nada mais é do que o discernimento que o homem pode aplicar à aquisição de uma força pessoal de resistência aos impulsos cegos do instinto ou das paixões e se proteger das

inclinações sensíveis. A função essencial da vontade (pelo hábito) é a de suspender a decisão à qual se inclinam, a princípio, as tendências naturais para assegurar e permitir ao espírito a escolha dos meios de recuperar o domínio de si mesmo e elevar-se acima dos tumultos das impressões sensíveis. Pode-se fazer o que a vontade e a razão ordenam por método e por artifício (substituição de um vício por uma diversão). A boa vontade é um instrumento de frenagem da impetuosidade das tendências naturais, mas somente a perseverança e a ordem permitem a manutenção ou preservação do império da razão. Na vida moral, na procura do bem e o escôo pela busca da perfeição não está nem tanto no bem julgar quanto a ocasião de uma sincera boa vontade. A virtude como a felicidade é o fruto natural e a recompensa que anima o desejo sincero e durável de as adquirir. Portanto, é preciso menos ciência do que boa vontade para a aquisição da verdadeira felicidade.

O otimismo de Leibniz, sem menosprezar a falibilidade de uma natureza imperfeita e limitada, tem plena confiança na retidão da razão e energias da vontade, em um futuro promissor. Em uma passagem da *Teodicéia*, afirma: "*le genre humain par-vienne avec le temps à une plus grande perfection que celle que nous pouvons nous imaginer présentement*". (op. cit., 1953, p.19)

Ser moral depende de ser racional, poder escolher dentre os fins, os melhores, aqueles que asseguram o bem, a perfeição e a felicidade. Isso implica em liberdade, livre arbítrio. Como isso se concilia com a questão do determinismo universal, condição fundamental de toda afirmação relativa à ordem dos fenômenos naturais às leis gerais e constantes que regulam o Universo? Segundo Leibniz, trata-se de um equívoco e a contradição é apenas aparente. O princípio de *Razão Suficiente* garante que todo evento no Universo tenha uma causa e pode-se explicar *a priori* porque é assim e não de outra forma. A natureza é submissa a um determinismo cuja necessidade a razão, conservando-se à ciência a formulação das leis e, à experiência, a verificação permanente.

Como as ações estão condicionadas pela intervenção do pensamento e da vontade humana devem encontrar igualmente explicação, sua razão de ser em alguma causa já subsistente. Uma reflexão consciente pretende uma ordem ideal, mas que não escapa à lei universal do determinismo. Leibniz rejeita qualquer possibilidade de um poder voluntário, ditado arbitrariamente que induz à ação, sem uma determinação causal. A liberdade humana não é sinônimo de uma "*indiferença de equilíbrio*" como se houvesse uma inclinação para a ação da classe; tanto faz como tanto fez, de um sim ou um não, dentro de uma gama de alternativas. Podemos ignorar a causa, mas quando optamos, optamos por algum motivo, mesmo que desconhecido, "*tout comme on ne s'aperçoit guère pourquoi en soutant d'une porte on a mis le pied droit avant le gauche...*" (op. cit., 1953, p.24)

A libertação da vontade, das inclinações ou apetites naturais não implica que ela esteja isenta da lei ou da necessidade natural ou causalidade. Há uma tentativa de associar a ação de forças físicas que determinam a sucessão mecânica dos eventos

naturais à ação ideal de uma finalidade claramente conhecida dentro da reflexão consciente. A causalidade na esfera moral vem completar a causalidade do plano físico subordinadas à lei universal. A reflexão consciente é uma força que se associa e amplia a lei universal da causalidade, a lei superior que rege a ordem ideal da finalidade ou *lei da conveniência*. Isso não equívale a dizer que esse novo fator possa de alguma forma isentar a vontade do homem do determinismo universal das causas eficientes que regem, por relações fixas e invariáveis, a engrenagem mecanicista dos fenômenos, até porque o homem está inserido nessa natureza.

Ao contrário, o que temos agora é um novo determinismo, o do plano ideal, moral e consciente, fundado sobre o conhecimento distinto da finalidade. O espírito reconhece possibilidades futuras, o que permite a escolha e adaptação dos meios ou atos às possibilidades julgadas melhores, conforme as necessidades e conveniências. A partir disso, uma lei ordena os esforços, adaptados às conveniências do mecanicismo, de maneira a assegurar a conquista progressiva da realização do fim objetivado. Determinismo mental da finalidade e da natureza têm função distinta, mas há uma ligação natural e constante entre as operações da vida mental e os movimentos que se sucedem no organismo da natureza. No entanto, Leibniz rejeita a pretensa antinomia entre determinismo e liberdade humana. Como a indiferença é uma imperfeição (ausência de conhecimento) a ciência e a bondade seriam inúteis e reduzidas ao acaso. Uma ação é mais louvável quando encerra boas qualidades.

Leibniz liga ciência natural e moral em um só elo lógico e direto; a razão. O fato de que a vontade do homem é livre e autônoma não decorre de uma violação das leis naturais, por uma derrogação inexplicável ao determinismo universal, mas em decorrência das leis deste determinismo. Assim, nada há sem razão e embora a razão incline, não necessita, ou seja produz uma tendência e não uma necessidade. A liberdade da indiferença é impossível e nociva, porque ela não convém nem mesmo ao Criador, pois é determinado a fazer o melhor e as criaturas sempre determinadas, por consequência, por razões internas e externas. Mais perfeito o espírito, quanto mais internamente estiver o princípio e a razão da sua determinação.

Assim, a tríade *espontaneidade, contingência e inteligência*, isto é, entendimento ou reflexão consciente forma a liberdade do homem. Mas, determinação e necessidade são coisas distintas. Se houvesse perfeito conhecimento de todas as circunstâncias externas e internas ao homem, certamente os pensamentos seriam determinados tanto quanto os movimentos e todo ato livre seria necessário.

Na Matemática e na Geometria há necessidade, mas na Física *como* na Moral há tendência sem necessidade. A questão é saber se a influência determinante dos motivos pode se conciliar com a crença na liberdade de um poder voluntário. Que as ações voluntárias sejam determinadas, não implica necessidade e não se opõe à espontaneidade. Forças naturais não são inconciliáveis com liberdade de vontade, porque os objetos não influenciam as substâncias inteligentes como causa eficiente e física, mas como causas finais e morais.

O homem é livre, tem o domínio de si mesmo, ainda que os fins que inclinam (internamente) sua vontade não sejam necessários, pois estão sujeitos ao seu assentimento, na dependência de serem más ou boas. A liberdade se afirma no assentimento, na submissão refletida da vontade à razão.

Por sua vez, a necessidade não pode ser evitada, ao contrário da moralidade, e torna inútil toda oposição. O que é natural depende da conveniência das coisas e o que é necessário é essencial e imutável. Neste sentido é que o crime é natural sem ser necessário. Enquanto o movimento dos corpos pode ser explicado por causas eficientes, as percepções distintas da alma onde há liberdade se explicam por causas finais.

Uma ação é natural porque tem origem e sua razão de ser dentro das próprias disposições ou propensões inerentes ao indivíduo, e por isso não pode ser necessária. Pode-se dizer que uma ação é livre quando precedida de uma deliberação, de uma reflexão sobre os motivos que a solicitam e que inclinam a vontade, portanto um objeto de escolha, de uma adesão consciente, revestindo a determinação de um caráter pessoal e autônomo. Liberdade é uma espontaneidade natural esclarecida pela inteligência, enquanto a necessidade suprime toda deliberação.

A liberdade do espírito, oposta à necessidade com relação à vontade é o livre-arbítrio. Ainda que o entendimento dirija a vontade, não impede que ela seja contingente e não confere uma necessidade absoluta ou metafísica. Assim, "*c'est dans ce sens que j'ai coutume de dire que l'entendement peut déterminer la volonté suivant la prévalence des perceptions et raisons, d'une manière qui, lors même qu'elle est certaine et infaillible, incline sans nécessiter*" (Leibniz, 1945, p.57).

Portanto, a vontade não é inteiramente e absolutamente livre, mas relativa e limitada, porque existem disposições hereditárias, uma pré formação, apetites exigidos pela vida orgânica. No entanto, está em poder do homem a capacidade, pela reflexão consciente, de expandir indefinidamente sua liberdade, exercitando e se habituando a não agir, exceto em pleno conhecimento de causa.

A necessidade que caracteriza o instinto é de uma ordem diferente da vontade. Enquanto o instinto obedece a uma necessidade da natureza, sobre a qual há apenas uma consciência obscura, a vontade a uma necessidade da razão, cujo conhecimento é relativamente distinto e deliberadamente aceito.

Essa necessidade moral que deriva da livre escolha, a partir da reflexão, se relaciona às causas finais. Essa necessidade moral dá origem ao sentimento de obrigação. O princípio de conveniência postula que há diferença entre o que é absolutamente necessário e o que é determinado pela razão do melhor.

Assim, para o homem honesto, a necessidade de agir em busca do melhor adquire uma força igual à necessidade natural, porque não concebe a possibilidade de fazer o que seria contrário à virtude, o que torna a obrigação moral algo que não é exógeno ao homem, mas endógeno, porque emerge da reflexão. Como a obrigação é uma necessidade moral endogenizada, uma vontade livre ou autônoma não poderia ser um poder independente de toda determinação, mas um poder que se auto determina

e deve ser encontrado internamente no homem, via reflexão, que as torna indissociáveis. É essa capacidade de reflexão que torna liberdade e obrigação endógenas resultado da ordem e da disciplina que a razão impõe contra as tendências primitivas.

Pelo fato de ter consciência de uma ordem de excelência e de perfeição, dentre os vários bens que lhe solicitam, o homem é capaz de fugir da servidão que as impressões sensíveis, instintos e apetites pesam sobre a vida puramente animal. É dessa forma que ele se torna livre e autônomo.

A consciência desse poder o faz se determinar em conformidade com uma ordem ideal em busca do melhor e a se esforçar na direção do bem. Pela livre escolha, pela adesão da vontade, isto é, do indivíduo considerado dentro da energia que constitui sua substância e dentro da realidade concreta e viva que o bem se torna verdadeiramente moral. De onde surge a necessidade?

A razão transforma em lei, em necessidade, a regra moral. Mas, existe uma diferença entre a necessidade *ideal* ou lógica (absoluta, restrita, inflexível e não há liberdade de escolha) do julgamento pelo qual o espírito reconhece e afirma que um bem é superior a outro, e que é racional a escolha, e a necessidade *moral* (relativa porque ao passar do julgamento à resolução que leva à ação, o homem tem consciência de poder que ainda conserva de se desviar desta resolução, porque a resolução plena e eficaz da vontade reclama contra o julgamento a adesão pessoal com toda a sua energia) ou de conveniência que se impõe à vontade e transforma em lei aquilo que não era mais do que uma regra ideal.

Assim, a necessidade moral não é menos soberana e universal do que a ideal, e mesmo que o indivíduo recuse a ela se submeter, não ignora que ela se impõe como uma lei suprema de uma vida racional, que violando, deliberadamente, comete uma falta, um atentado à ordem universal.

A consciência desta espécie de necessidade superior às contingências da vida se afirma na idéia do *dever, de bem e mal, justiça, mérito e responsabilidade*. A finalidade natural, sensível em suas formas elementares e primitivas, se torna inteligível pela intervenção da razão e se transforma em moral pela subordinação das inclinações do homem a uma lei universal de ordem e de harmonia. É por uma necessidade moral subordinada ao princípio da *Razão Suficiente* que o mais sábio se sente obrigado à escolha do melhor. Portanto, é uma imperfeição de nossa liberdade quando escolhemos o mal no lugar do bem, enganados pelas aparências. Necessidade e dever são a mesma coisa para o Sábio.

A razão conduz ao conhecimento da necessidade moral e à consciência do dever, mas não se contrapõe à doutrina do sentimento de obrigação emanado da autoridade da Vontade Divina. Contudo, Leibniz não aceita a objeção de que a idéia do dever parece implicar o reconhecimento de uma autoridade soberana, cujos mandamentos se impõem à consciência e à vontade do homem, sem a qual, o dever e a obrigação permaneceriam ideais e sem o caráter imperativo e busca uma conciliação.

Seu espírito concebe perfeitamente a coexistência de uma lei moral, onde *bem e melhor* se confundem com a lei divina e não separa a ciência moral da teologia. A fonte primeira da necessidade moral, como de todas as verdades, é o entendimento e a vontade de Deus. A consciência da obrigação moral está subordinada à Vontade Divina, que tem por essência o objetivo do soberano bem.

A escolha do melhor, do bem, se impõe universal e soberanamente a toda vontade consciente, porque Deus quer livre e necessariamente o soberano bem, sem restrições ou servidão. No entanto a determinação do bem e do mal, o que é permitido ou condenado, não pode depender da decisão arbitrária da vontade de Deus, mas de seu entendimento que conhece toda verdade e toda conveniência, a qualidade e o valor das intenções das ações. A virtude existe antes do homem ser criado. A questão é saber se o homem agiria na direção do melhor sem apelar para a autoridade Divina. Segundo Leibniz, se não houvesse Deus que não punisse ou recompensasse, os preceitos e obrigações seriam dispensáveis. Aparentemente isso contradiz uma outra passagem onde afirma que o dever e a lei do bem maior se impõem soberanamente à vontade racional, mesmo que Deus não formulasse expressamente seus mandamentos. Aparentemente apenas, porque reconhece que certas obrigações seriam dificilmente aceitas pelo homem, em razão das falhas de sua inteligência e mais ainda de sua vontade. Mas, isso se aplica não à consciência da obrigação, mas à ação que ela é suscetível de exercer sobre a vontade imperfeita do homem. É sobre o ponto de vista prático para assegurar a vitória da consciência moral sobre os atrativos das satisfações sensíveis que julga útil apelar para a idéia de um mandamento divino, pelos receios e esperanças que essa idéia sugere. Os nossos erros não derivam de nossas paixões negativas, de nossa maldade, mas da nossa ignorância.

“*Perdoai-os SENHOR, eles não sabem o que fazem*” pode ter este significado: não somos maus, somos ignorantes antes de tudo.

Abstract:

The reason and the wish to drive the happiness. Leibnitz teach a rational idealism, stamping a conscient reflexion about intentions and laws of a rational life. The happiness can't dispensewithto the instrument of reason. The moral law want that the man execute his work to be intelligent and free, following the reason. The moral conscient is a expression of the a rational judge that drive the actions. Second Leibnitz, the reason of ours actions is in ourself and only the man had a conscient reflexion.

The reason to controll the spirit, liberate the desire, instead of limit it. Leibnitz teach that the desire identified with that live energy and active that form the substance all of organized creatures, to form your individually. The moral creature depends of your irrational entite, selecting the best ends to reach the perfection and the happiness. This's implicate in freedom, free resolution. To Leibnitz the desire of man is free and autonomy, don't violate the natural laws, following, therefore, a universal determinism. Through, the liberty justified in submission reflects on desire of a reason.

Keywords:

Goodness, action, moral, reason, desire, law, freedom, happiness, reflexion.

Referências bibliográficas:

- ARISTÓTELES. **Tópicos**. São Paulo: Abril, 1987.(Os pensadores, v.4).
- BELAVAL, Yvon. **Leibniz: Initiation a sa philosophie**. Paris: Librarire Philosophique, 1962.
- CHEVALLIER, J. **La Philosophie de Leibniz**. Paris: Pres.U. France, 1968.
- COUTURAT, L. **La Logique de Leibniz**. Paris: S. Germain, 1951.
- DESCARTES, Rene. **Discurso do método**. São Paulo: Abril, 1983.(Os pensadores, v.15).
- ESPINOZA. Baruch de. **Pensamentos metafísicos**. São Paulo: Abril, 1987.(Os pensadores, v.17).
- JALAMBERT, D. **Le Dieu de Leibniz** - Dijon: Univ. Press, 1984.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Discurso de Metafísica**. Paris: Aulbier Montaigne, 1945.
- _____. **Cartas à Arnould**. Paris: Aulbier Montaigne, 1966.
- _____. **Monadologia**. Paris: Aulbier Montaigne, 1958.
- _____. **Monadologia**. São Paulo: Abril, 1988.(Os pensadores, v. 19).
- _____. **Teodicéia**. Paris: Aulbier Montaigne, 1953.
- _____. **Novos Ensaios**. Paris: Aulbier Montaigne, 1970.
- MOUREAU, J. **L'Universe Leibnizienne**. Paris: Univ.Press, 1990.
- PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Abril, 1986.(Os pensadores, v.16).